



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, com início às dez horas e oito minutos e com término às treze horas e oito minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão do **ORÇAMENTO** no âmbito da assistência estudantil, no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPE/MEC); Sandro Augusto Silva Ferreira, representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPE/SESu); Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Amanda Machado dos Santos Duarte, Assessora Especial e representante titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/GAB/MEC); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva – SE/MEC; Alexandre Marafon Favero, Coordenador-Geral e representante da CAPES; Antônio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da CAPES; Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor e Representante do INEP; Cinthia de Andrade Pereira; Assistente Social e representante do CONIF/FPE/Colégio Pedro II; Laura Eli Padilha de Souza, Coordenadora-Geral da Juventude Substituta (SECADI/CGJUV/MEC); Veruska Ribeiro Machado, Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Carolynne Maria Granja Ferraz, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC); Vinícius Soares, representante titular da ANPG; Mariana Chagas Lima, representante da UBES, Pedro Rodrigues de Alencar, Diretor de Assistência Estudantil e Humanização da Universidade do Distrito Federal (UniDF); Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Coordenadora de Projetos SEGAPE/MEC (DMAPE/SEGAPE/MEC); Letícia Santos da Silva, Diretora de Relações Institucionais e representante da UNE; Elayne Messias Passos, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MEC); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude - SECADI/CGJUV. A reunião foi iniciada por **Fábio Da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** deu início aos trabalhos dando boas-vindas aos participantes e destacando que o tema central seria o financiamento da política de assistência estudantil. Ele explicou que a dinâmica da reunião seguiria o modelo das anteriores, com apresentações da SETEC e da SESU, que teriam um tempo maior para expor suas contribuições, seguidas de um momento dedicado ao debate, considerado essencial para o aprofundamento do tema. Fábio também mencionou a importância das contribuições do GT para a organização da política e lembrou os membros sobre o registro de presença, já disponível, além da ata da reunião anterior, que seria enviada em breve. Reforçou que o encerramento dos trabalhos do GT está previsto para o dia 30, com uma reunião final marcada para o dia 23, na qual os secretários estão convidados a participar. Devido à proximidade das datas e às dificuldades logísticas, foi decidido que essa última reunião também será realizada online. Ele ressaltou que esse encontro será importante para marcar o encerramento dos trabalhos e que os membros do GT podem se posicionar sobre essa decisão. Em seguida, **Amanda Machado dos Santos Duarte (SE/GAB/MEC)** fez sua saudação, expressando satisfação com o progresso alcançado pelo grupo ao longo das reuniões, que considerou uma verdadeira maratona. Ela destacou a relevância do trabalho realizado para subsidiar a regulamentação da política de assistência estudantil e agradeceu nominalmente aos parceiros e participantes, incluindo representantes da SETEC, do CONIF, do Fórum de Políticas Estudantis, da DDR e demais

colaboradores. Amanda também mencionou que a reunião abordaria as despesas e a execução da ação 2994, agradecendo o apoio recebido ao longo do processo e desejando uma manhã produtiva de debates sobre um tema considerado crucial. Posteriormente, **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) iniciou sua fala agradecendo a presença dos participantes e destacando a importância do trabalho coletivo desenvolvido ao longo das reuniões. Como Coordenador-Geral de Relações Estudantis, ele ressaltou o papel estratégico do tema orçamentário para o programa de assistência estudantil e a relevância das contribuições do grupo para a construção de uma proposta robusta de regulamentação, incluindo decreto e instrução normativa. Artur agradeceu nominalmente a Sandro, pela articulação ao longo do processo, e reforçou a importância da participação ativa das entidades e membros do GT no preenchimento do formulário com sugestões por escrito, essencial para garantir que todas as perspectivas sejam consideradas na elaboração dos documentos finais. Ele também mencionou a presença de Juscelino e Aline, que fariam a apresentação pela SESU, e agradeceu à professora Cecília, à UNE, à Letícia e à Naika, representante da CONAQ, destacando o papel da SECADI na articulação com esses atores fundamentais. Na sequência, **Fabio Da Silva Paiva** retomou a condução da reunião, comentando o clima de despedida entre os participantes, embora ainda houvesse mais uma reunião ordinária pela frente. Ele reforçou o prazo prorrogado para o preenchimento do formulário até o dia 28 e solicitou à Janice o envio do link no chat, agradecendo seu apoio constante. Fabio também confirmou que a lista de presença e a ata da reunião anterior já estavam disponíveis no chat e se colocou à disposição para ajudar em caso de dificuldades. Por fim, ele explicou a dinâmica da reunião, com apresentações da SETEC e da SESU, iniciando com Amanda e seguida por Juscelino. Cada apresentação teria um tempo previsto de 10 minutos, mas, considerando a relevância do tema e o número reduzido de apresentações, os expositores poderiam utilizar mais tempo, se necessário. Após as exposições, seria aberto o debate geral, com falas de até três minutos por participante, incluindo a possibilidade de reinscrição dos próprios apresentadores. Fabio então passou a palavra novamente para Amanda, dando início às apresentações. **Amanda Machado dos Santos Duarte** iniciou destacando que a organização da exposição foi conduzida por **Orlando Magalhães da Cunha**, responsável pelo planejamento e execução orçamentária da SETEC. Ela explicou que a apresentação abrangeria toda a Rede Federal, incluindo os Institutos Federais, o Colégio Pedro II e os CEFETs, com foco na análise da execução da ação orçamentária 2994 nos últimos anos. Amanda apontou que, embora os dados de 2025 ainda não estejam completos, cerca de 85% a 90% do orçamento já havia sido executado, evidenciando um crescimento nos últimos anos, resultado de uma recomposição orçamentária ainda insuficiente, mas significativa. Ela também esclareceu que os dados apresentados são provenientes do Tesouro Nacional, diferindo dos dados inseridos pelas instituições no sistema SISPNAES, o que permitiria uma reflexão comparativa posterior. Devido a dificuldades técnicas com seu equipamento, Amanda passou a condução da apresentação para Orlando, que detalhou os dados consolidados da ação 2994. Segundo ele, dos R\$ 380 milhões empenhados até o momento, aproximadamente 51,48% foram destinados a auxílios financeiros diretos aos estudantes, ou seja, transferências para seus CPFs. Outros 15,72% foram aplicados em locação de mão de obra, como contratações de serviços que beneficiam diretamente os alunos, e 13,90% em serviços de terceiros (pessoa jurídica), como fornecimento de alimentação e apoio ao ensino. Orlando explicou que os dados foram agrupados para facilitar a visualização, já que há milhares de naturezas de despesa. Dentro dos auxílios financeiros, 95% correspondem a bolsas diretas para os alunos. Na locação de mão de obra, 74% são destinados a apoio administrativo técnico-operacional, 22% a serviços de copa e cozinha, e 4% a outras categorias. Nos serviços de terceiros, 67% são para alimentação, 20% para apoio ao ensino e 13% para demais serviços. Já no item de material de consumo, 85% são gêneros alimentícios voltados aos estudantes. A apresentação buscou oferecer uma visão gerencial da execução orçamentária da assistência estudantil, destacando a predominância dos recursos destinados diretamente aos alunos e a importância de compreender como esses valores são distribuídos entre diferentes tipos de despesas. Na continuidade da apresentação da SETEC sobre o financiamento da política de assistência estudantil, Amanda Machado dos Santos Duarte fez um comentário importante sobre os dados relacionados à alimentação. Ela destacou que esse tipo de despesa aparece em diferentes naturezas contábeis, como serviços terceirizados (restaurantes) e gêneros alimentícios, mas com a mesma finalidade, o que exige atenção na análise e lançamento dessas informações. Orlando Magalhães complementou com dados sobre materiais, bens e serviços de distribuição gratuita, informando que 58% são destinados à assistência social, 26% a serviços de distribuição gratuita e 16% a outras despesas. Ele também trouxe um recorte específico

sobre o atendimento a pessoas com deficiência (PCD), informando que até 2025 esse público era atendido dentro da ação 2994, com cerca de 14,8% da dotação voltada à contratação de pessoal para esse fim. Afirmou que a partir de 2026, será criada uma ação orçamentária específica (21IH), com previsão de R\$ 106 milhões, representando cerca de 20% do total previsto para assistência estudantil, o que indica um avanço na atenção a esse público. Amanda retomou a fala para apresentar dados do sistema SISPNAES, que monitora os lançamentos feitos pelas instituições. Ela explicou que o sistema responde a um acórdão e a questionamentos de órgãos de controle, sendo uma ferramenta importante para a transparência e acompanhamento da execução orçamentária. Os dados mostraram um valor lançado de R\$ 546 milhões, com informações sobre o número de beneficiários e a média de recursos por estudante. Ela ressaltou que os valores podem divergir dos apresentados anteriormente por Orlando, pois refletem lançamentos em andamento e pagamentos previstos até o fim do exercício, considerando prazos para evitar devoluções de recursos. Por fim, Amanda destacou a necessidade de alinhar os entendimentos das instituições sobre os lançamentos no sistema, já que há variações na forma como os dados são registrados, especialmente em relação à alimentação. Ela sugeriu a criação de um manual mais detalhado para padronizar os lançamentos e garantir que as informações reflitam com mais fidelidade a realidade das ações. Encerrou a apresentação reforçando que esse alinhamento é uma responsabilidade do GT e essencial para a validade dos dados do SISPNAES, abrindo espaço para o início do debate sobre o financiamento da ação 2994 e as expectativas futuras. Na sequência da reunião, Fabio Da Silva Paiva agradeceu a Amanda e Orlando pela apresentação e passou a palavra para **Juscelino Pereira Silva** (SESU/DIFES), que iniciou sua fala cumprimentando os participantes e explicando que, a pedido da chefia de gabinete da SESU, ele estaria presente para apoiar os trabalhos do GT. Juscelino informou que sua apresentação seria uma coletânea de conteúdos já utilizados em outras ocasiões, com o objetivo de conduzir uma reflexão sobre o financiamento da assistência estudantil. Ele começou apresentando dados da ação orçamentária 4002, voltada à assistência estudantil nas universidades federais (IFES), destacando que, em 2025, a execução estava em 82,4% até a data da reunião, com uma dotação de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. Desse total, a maior parte corresponde a despesas de custeio, com apenas uma pequena parcela destinada a investimentos. Juscelino explicou que parte do valor ainda não estava empenhado devido à ausência de limite de empenho, apesar de o crédito estar disponível. Ele também mencionou que a maior parte dos recursos está marcada como resultado primário 2 (discricionário), com uma pequena parte vinculada a emendas parlamentares (RPC). Ao comparar com os anos anteriores, ele destacou que a execução da ação foi praticamente total: 99,8% em 2023 e 2024, evidenciando o alto índice de utilização dos recursos destinados à assistência estudantil nas IFES. Juscelino então direcionou sua fala para uma discussão mais ampla sobre financiamento, ressaltando a importância de se pensar tanto no volume global de recursos quanto na metodologia de distribuição interna entre as instituições. Ele enfatizou que, devido às diferentes realidades das IFES, é essencial contar com modelos eficientes de alocação que considerem as especificidades locais e garantam maior eficácia na aplicação dos recursos. Nesse contexto, ele mencionou a matriz PNAES, metodologia utilizada pela SESU para distribuir os recursos da assistência estudantil, baseada em um modelo matemático. Juscelino apontou que tanto a matriz OCC (que trata do custeio das instituições) quanto a matriz PNAES apresentam desafios e precisam ser aprimoradas para garantir uma distribuição mais justa e eficiente dos recursos, especialmente considerando as diferentes necessidades dos estudantes em cada instituição. A apresentação de Juscelino trouxe uma perspectiva técnica e estratégica sobre o financiamento da assistência estudantil, reforçando a importância de um modelo de distribuição que considere as especificidades das instituições e promova equidade no acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. Dando continuidade à sua apresentação, Juscelino Pereira Silva aprofundou a discussão sobre o modelo de financiamento da assistência estudantil, destacando que, além do subfinanciamento estrutural enfrentado pelas instituições, há também distorções no modelo de distribuição dos recursos. Ele explicou que decisões tomadas em anos anteriores geraram disparidades entre o que deveria ter sido repassado às instituições e o que efetivamente foi transferido. Juscelino detalhou o funcionamento da matriz PNAES, modelo matemático utilizado pela SESU para distribuir os recursos da assistência estudantil. Essa matriz é baseada no conceito de aluno equivalente de graduação, métrica que considera diversas variáveis acadêmicas, como: tipo de curso (tempo integral, necessidade de laboratórios, entre outros); tempo de existência do curso (cursos com menos de 10 anos usam o número de matriculados; cursos consolidados usam o número de concluintes); fator de retenção; oferta fora da sede, que gera bônus

indutivos voltados à interiorização do ensino superior. No caso da matriz PNAES, diferentemente da matriz OCC (voltada ao custeio), não se aplica o parâmetro de “peso de grupo”, pois o tipo de curso não influencia diretamente na necessidade de assistência estudantil. O foco está nos critérios socioeconômicos dos estudantes, independentemente da área de formação. Além disso, metade do escore da matriz PNAES é calculado com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde o curso é ofertado — quanto menor o IDH, maior o escore atribuído àquele curso, o que favorece instituições em regiões mais vulneráveis. Juscelino ressaltou que, embora o modelo seja matematicamente simples — baseado na proporção do score de cada instituição em relação ao orçamento global disponível — ele se fundamenta em indicadores acadêmicos, e não em parâmetros técnicos orçamentários. Essa abordagem, segundo ele, facilita a aplicação em toda a rede, apesar de não considerar diretamente os custos reais de funcionamento das instituições. Ele explicou uma vez definido o montante total de recursos, o cálculo é feito proporcionalmente ao score de cada instituição. Por exemplo, se uma instituição tem um score de 0,0152 e o orçamento global é de R\$ 4 bilhões, ela receberia aproximadamente R\$ 60,8 milhões. Essa lógica permite uma distribuição objetiva, mas ainda demanda ajustes para corrigir distorções e garantir maior equidade no financiamento da assistência estudantil. Juscelino Pereira Silva aprofundou a análise sobre o modelo de financiamento da assistência estudantil, destacando dois pontos centrais: o subfinanciamento da rede e a distorção na distribuição dos recursos. Ele explicou que, além de os recursos disponíveis não serem suficientes para atender plenamente às necessidades das instituições, decisões tomadas em anos anteriores contribuíram para uma distribuição desigual entre as instituições, gerando discrepâncias entre o que deveria ter sido repassado e o que foi efetivamente recebido. Juscelino detalhou o funcionamento da matriz PNAES, um modelo matemático que utiliza o conceito de aluno equivalente de graduação para calcular o score de cada instituição. Essa métrica considera diversos fatores acadêmicos, como: características dos cursos (tempo integral, necessidade de laboratórios, etc.); tempo de existência dos cursos (cursos com menos de 10 anos usam o número de matriculados; cursos consolidados usam o número de concluintes); fator de retenção; oferta fora da sede, que gera bônus indutivos; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde o curso é ofertado — quanto menor o IDH, maior o score atribuído. Ele ressaltou que, diferentemente da matriz OCC, a matriz PNAES não utiliza o parâmetro “peso de grupo”, pois o tipo de curso não influencia diretamente na necessidade de assistência estudantil. O foco está nos critérios socioeconômicos dos estudantes, independentemente da área de formação. Juscelino explicou que o modelo é matematicamente simples: uma vez definido o orçamento global, aplica-se diretamente o score de cada instituição para calcular sua participação proporcional. Por exemplo, uma instituição com score de 0,0152 em um orçamento de R\$ 4 bilhões receberia cerca de R\$ 60,8 milhões. O desafio maior está na definição precisa do score, que exige o levantamento e análise de diversos indicadores acadêmicos. Ele também apresentou uma série histórica da ação orçamentária 4002, destacando que, em 2025, a dotação prevista é de aproximadamente R\$ 1,71 bilhão (valor atualizado com o IPCA projetado para dezembro). Segundo Juscelino, a assistência estudantil é a área que mais tem crescido em termos de financiamento dentro da rede federal, superando outras ações como funcionamento, investimento e ações acadêmicas. Ainda assim, ele alertou que a rede está cerca de R\$ 300 milhões abaixo do pico histórico de financiamento registrado desde os anos 2000, evidenciando a necessidade de uma recomposição mais robusta para garantir a efetividade da política de assistência estudantil. Essa apresentação reforçou a importância de aprimorar os modelos de distribuição de recursos, considerando as especificidades das instituições e buscando maior equidade e eficiência na alocação orçamentária. Juscelino Pereira Silva apresentou uma análise visual e estatística sobre a distribuição orçamentária da ação 4002 entre as instituições da Rede Federal. Ele destacou que, embora a ação exista desde o ano 2000, há uma disposição bastante desigual dos recursos entre as instituições. Utilizando gráficos com 69 pontos (representando cada instituição), ele explicou que cada ponto (bolinha) representa uma instituição, com a cor indicando a região e a altura (local onde ela está no quadro) representando o valor do orçamento recebido; as linhas horizontais indicam a média de orçamento por instituição (R\$ 18,5 milhões) e os desvios padrão, permitindo visualizar o grau de dispersão. Ressaltou que a maioria das instituições está abaixo da média, com poucas acima, e apenas uma com orçamento com três desvios padrões acima da média. Juscelino apontou que essa dispersão é resultado de decisões passadas que não seguiram o modelo de distribuição previsto pela matriz PNAES, gerando distorções significativas. Algumas instituições recebem mais do que deveriam, enquanto outras recebem menos, conforme o modelo matemático. Afirmou que essa

situação é considerada crítica, pois corrigir essas distorções exigiria reduzir o orçamento de algumas instituições, o que é politicamente e operacionalmente difícil em um cenário de restrições orçamentárias. Ele apresentou um gráfico adicional com um indicador de fator de adequação, que mostra: instituições à direita (azul) estão subfinanciadas — por exemplo, uma com fator 1,5 deveria receber 50% a mais do que recebe atualmente; instituições à esquerda (vermelho) estão superfinanciadas — por exemplo, uma com fator 0,75 deveria receber apenas 75% do que recebe hoje. Ressaltou que quanto mais distante da linha central de equilíbrio, maior a discrepância entre o orçamento ideal e o real. Por fim, Juscelino reforçou que, embora o cálculo da matriz seja simples, o desafio está em calcular corretamente o escore de cada instituição, que deve refletir com precisão suas necessidades. Ele também mencionou que, apesar das dificuldades, a ação 4002 tem apresentado o melhor desempenho em termos de crescimento orçamentário, com previsão de R\$ 1,71 bilhão para 2025 (corrigido pelo IPCA), embora ainda esteja cerca de R\$ 300 milhões abaixo do pico histórico de financiamento da rede. Essa análise evidenciou a urgência de revisar e alinhar o modelo de distribuição orçamentária, buscando maior equidade e justiça na alocação dos recursos da assistência estudantil. Encerrando sua apresentação, Juscelino Pereira Silva compartilhou uma simulação realizada pela SESu com base em métodos computacionais, chamada de modelo de equalização, que busca corrigir as distorções na distribuição do orçamento da ação 4002 entre as instituições da Rede Federal. Segundo ele, para que todas as instituições recebam recursos de forma equitativa — ou seja, sem que nenhuma perca orçamento — seria necessário um incremento de aproximadamente R\$ 1 bilhão, totalizando R\$ 2,44 bilhões. Atualmente, o orçamento disponível é de cerca de R\$ 1,4 bilhão, o que evidencia a lacuna de financiamento. Juscelino destacou que, embora seja possível realizar a equalização retirando recursos de algumas instituições para redistribuir entre outras, essa abordagem é altamente problemática e pode gerar grandes transtornos. Por isso, o ideal seria alcançar o equilíbrio por meio de ampliação do orçamento, evitando perdas. Ele também apresentou uma proposta de reformulação da matriz PNAES, desenvolvida em parceria com o Fórum de Pró-Reitores (FORGRAD), que sugere a substituição dos atuais indicadores acadêmicos por indicadores mais diretamente relacionados à assistência estudantil, como: vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes (com maior peso, 70%); coeficiente de integralização curricular, que mede a eficácia da assistência em relação ao desempenho acadêmico dos beneficiários (20%) e; presença de ações afirmativas institucionais, refletindo o compromisso da instituição com políticas de inclusão (10%). Embora o modelo apresentado seja apenas uma proposta, Juscelino reforçou que sua intenção não é definir parâmetros, mas sim estimular o debate entre especialistas da área de assistência estudantil para que se construa uma matriz mais alinhada com os objetivos da política. Ele também mencionou que o modelo de equalização já foi aprovado pela ANDIFES para a matriz OCC (custeio das instituições) e já é aplicado pela SESu sempre que há disponibilidade orçamentária. No entanto, para a matriz PNAES, o modelo ainda não foi oficialmente aprovado, embora os estudos estejam avançados. Por fim, Juscelino apresentou o orçamento previsto para 2026 da ação 4002, que é de R\$ 1,4 bilhão, comparando com o pico histórico de 2015, que foi de R\$ 1,7 bilhão (corrigido pela inflação). Isso representa uma redução de aproximadamente 19,5% em relação ao maior valor já registrado. Em contrapartida, quando comparado ao cenário crítico de 2022, o orçamento atual está R\$ 181 milhões acima, indicando uma retomada gradual do financiamento por parte do governo federal. Juscelino concluiu agradecendo o espaço e a paciência dos participantes, reforçando a importância de continuar avançando na discussão sobre o financiamento da assistência estudantil e na busca por maior equidade e eficiência na distribuição dos recursos. Posteriormente, **Amanda Machado dos Santos Duarte** parabenizou Juscelino pela apresentação e destacou o quanto ela foi inspiradora para reflexões e possíveis encaminhamentos. Ela levantou dois pontos principais: curiosidade sobre a construção da matriz PNAES: Amanda pediu que Juscelino explicasse como foi o processo de elaboração da matriz específica para a assistência estudantil, diferenciada da matriz utilizada para o orçamento geral das universidades. Ela demonstrou interesse em entender melhor os critérios e a lógica por trás da criação dessa metodologia; crítica ao uso do IDH municipal como parâmetro: Amanda, falando também como assistente social da rede, apontou uma limitação importante no uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde está localizada a instituição. Segundo ela, esse indicador não representa adequadamente a realidade dos estudantes atendidos, já que muitos campi recebem alunos de diversos municípios, e frequentemente o município-sede não é o principal local de origem dos estudantes. Isso gera distorções na distribuição dos recursos. Ela sugeriu que se pense em alternativas, como uma média regional do IDH ou outro indicador

mais representativo da vulnerabilidade dos estudantes. Amanda também pediu que Juscelino explicasse melhor as causas das distorções observadas na distribuição orçamentária, conforme os gráficos apresentados, especialmente sobre porque algumas instituições recebem mais ou menos do que o previsto pelo modelo. Após sua fala, houve uma tentativa de participação da Cinthia, representante da assistência estudantil na reitoria, mas problemas técnicos com o áudio impediram a continuidade. Em seguida, a palavra foi passada para Sandro, dando sequência ao debate. Durante sua fala no momento de debate, Sandro Augusto Silva Ferreira reforçou os agradecimentos a Juscelino pela qualidade e profundidade dos estudos apresentados, destacando o compromisso da SESu em enfrentar os desafios orçamentários da assistência estudantil dentro das possibilidades reais. Sandro abordou a questão da matriz de distribuição orçamentária, destacando que há um debate antigo no Fórum de Pró-Reitores (FORGRAD) sobre a construção de uma metodologia específica para a ação de assistência estudantil. Ele concordou com Amanda sobre a necessidade de rever os indicadores utilizados, especialmente no que diz respeito à capacidade de mensurar com precisão o número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, mencionou que há discussões com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre o uso do CadÚnico como ferramenta para essa mensuração. Ele também apontou que a ausência da aplicação da matriz prevista em portaria contribuiu diretamente para as distorções orçamentárias observadas. Segundo Sandro, essas distorções foram agravadas por decisões políticas ao longo dos anos, que não seguiram critérios técnicos e acabaram por beneficiar algumas instituições em detrimento de outras. Como exemplo, Sandro citou sua própria universidade, a UFSB, que atualmente possui o segundo menor orçamento PNAES do Brasil, apesar de ter mais estudantes do que outras instituições que recebem mais recursos. Ele atribuiu essa disparidade ao fato de a UFSB ter sido criada do zero, sem herdar estruturas ou recursos de outras instituições, ao contrário de universidades que surgiram por desmembramento de campi já existentes. Sandro também criticou a visão simplista de que o acesso a recursos depende apenas de articulações políticas, como a presença de reitores acompanhados por parlamentares no MEC. Ele reforçou que a solução para as distorções passa pela ampliação do orçamento, e não pela redistribuição de recursos entre instituições, o que poderia gerar prejuízos e resistências. Segundo ele, a proposta de Juscelino de equalização sem perdas é o caminho mais viável e justo, e deve ser perseguido como estratégia prioritária para corrigir os desequilíbrios existentes na política de assistência estudantil. Sandro Augusto Silva Ferreira trouxe uma contribuição profunda e crítica sobre o cenário atual do financiamento da assistência estudantil, com foco especial na PLOA de 2026 e nas expectativas geradas pela aprovação da Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ele iniciou destacando que a motivação para propor o debate no GT foi justamente a angústia diante da recomposição orçamentária tímida apresentada na proposta orçamentária para 2026. Embora tenha havido divulgação otimista sobre a aprovação da lei do Fundo Social, Sandro apontou que a expectativa de aumento significativo no orçamento não se concretizou, e que a recomposição prevista parece estar abaixo do IPCA, o que representa uma frustração para a comunidade acadêmica. Sandro reconheceu a complexidade das decisões políticas e técnicas envolvidas na definição do orçamento, mas reforçou que a assistência estudantil precisa ser tratada como prioridade, especialmente diante das desigualdades entre instituições. Ele exemplificou essas disparidades com situações concretas: enquanto algumas universidades conseguem oferecer alimentação de qualidade a todos os estudantes, outras não conseguem sequer garantir um auxílio de R\$ 200 por mês por falta de restaurante universitário (RU). Ele também retomou os dados apresentados por Juscelino, destacando que a equalização orçamentária — que exigiria cerca de R\$ 2,44 bilhões — seria um cenário ideal, mas que mesmo uma ampliação de R\$ 334 milhões já representaria um avanço significativo, aproximando o orçamento do pico histórico de 2015. Sandro enfatizou que, embora a regulamentação da Lei do PNAES não vá tratar diretamente da matriz de distribuição, ela precisa apontar para expectativas orçamentárias realistas e estruturadas, que permitam a efetivação da política. Ele defendeu a criação de mecanismos que permitam mensurar com precisão a demanda real da assistência estudantil, como: a pesquisa de perfil socioeconômico dos estudantes, cuja última edição foi em 2018 e que está sendo atualizada pelo INEP; a incorporação desses dados na regulamentação da política, como forma de orientar o planejamento orçamentário e justificar a alocação de recursos. Por fim, Sandro reforçou a confiança no trabalho da equipe da SESu, especialmente de Juscelino e Artur, e expressou o desejo coletivo de que o orçamento de 2026 reflita o compromisso com a efetivação da política de assistência estudantil. Ele reconheceu os esforços em curso, mas alertou que é preciso ir além do que está previsto na PLOA, para que a Lei da PNAES tenha impacto real e transformador

na vida dos estudantes. Em seguida, na sua fala, **Cinthia**, representante da assistência estudantil na reitoria, trouxe contribuições importantes que reforçam e complementam os pontos levantados por Sandro e Amanda. Ela começou justificando a ausência da professora Veruska e da representante Natália, explicando que ambas estavam impossibilitadas de participar por compromissos e limitações técnicas. Cinthia destacou a complexidade da matriz CONIF, elaborada pelo Fórum de Planejamento e Administração (Fourplan) em parceria com a SETEC. Embora a matriz tenha como objetivo promover equidade e transparência na alocação de recursos, ela enfrenta dificuldades práticas, especialmente pela falta de um sistema digital unificado para alimentação de dados pelas instituições. Cada instituição utiliza sistemas diferentes, o que gera inconsistências e distorções nos dados finais, impactando diretamente na distribuição orçamentária. Ela também abordou as expectativas geradas pela aprovação da Lei do Fundo, concordando com Sandro que houve uma divulgação otimista que não se concretizou em termos de aumento real no orçamento previsto na PLOA de 2026. Cinthia reforçou a necessidade de planejamento contínuo e estruturado, com orçamento definido e regulamentado com antecedência, para garantir eficiência e eficácia na execução da política de assistência estudantil. Ao trazer o exemplo do Colégio Pedro II, Cinthia evidenciou os desafios específicos enfrentados por instituições com perfis diferenciados. Ela mencionou o alto número de estudantes com deficiência ou necessidades específicas, a escassez de profissionais especializados (como professores de AEE), e a insuficiência dos recursos recebidos para atender à demanda. Em 2024, mesmo com três meses de greve, o colégio precisou complementar o orçamento do FNDE com mais de R\$ 2,5 milhões apenas para insumos de alimentação, sem contar gastos com contratos de merendeiros e gás de cozinha — itens que, por vezes, não são corretamente lançados no sistema SisPNAES, o que compromete a visibilidade da real necessidade orçamentária. Cinthia concluiu reforçando que a execução de uma política de assistência estudantil de qualidade depende diretamente de um orçamento adequado, e que a falta de previsibilidade orçamentária compromete o planejamento e a capacidade de resposta das instituições. Sua fala reforça a urgência de regulamentar e estruturar o financiamento da assistência estudantil, com base em dados reais e sistemas integrados, para garantir que as políticas públicas alcancem efetivamente os estudantes que mais precisam. Em seguida, a palavra foi repassada a **Yann Evanovick Leitão Furtado**, representando o gabinete da SECADI, que trouxe uma contribuição sensível e estratégica ao debate sobre o financiamento da assistência estudantil, especialmente a partir da perspectiva da região amazônica, destacando as especificidades e desafios enfrentados por instituições localizadas em áreas remotas. Ele iniciou cumprimentando os presentes e sugeriu um encaminhamento prático ao Artur, propondo uma reunião com sua equipe (incluindo Laura) para aprofundar as discussões internas sobre os temas tratados, especialmente no que diz respeito ao fechamento das propostas e à articulação com o gabinete da SECADI. Yann Evanovick Leitão Furtado também fez uma reflexão histórica, lembrando sua atuação como presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), quando participou da luta pela criação do Fundo Social do Pré-Sal, com o objetivo de financiar a educação e, em especial, a assistência estudantil. Ele lamentou que o fundo tenha sido descaracterizado ao longo dos anos, sendo hoje utilizado inclusive para rolagem da dívida pública, o que se distancia da proposta original de fortalecimento da educação. Sobre o orçamento atual, reconheceu que o valor de R\$ 1,4 bilhão representa uma sinalização positiva, mas ainda insuficiente diante das necessidades reais. Ele mencionou que o ministro Camilo Santana, em reunião recente com a UNE, sinalizou a possibilidade de crescimento orçamentário, embora tenha reconhecido as dificuldades impostas pelo teto de gastos e pela estrutura do novo regime fiscal. Um dos pontos centrais de sua fala foi a defesa de um fator de ponderação específico para a Amazônia. Ele argumentou que, mesmo com o uso de indicadores como o IDH municipal, as particularidades logísticas e sociais da região amazônica não são devidamente contempladas. Citou o exemplo de Benjamin Constant, município que fica a quase cinco dias de barco de Manaus, onde o custo de transporte e alimentação é extremamente elevado. Nesses casos, a aplicação de um modelo padrão de distribuição orçamentária não garante dignidade mínima na assistência estudantil, especialmente na alimentação. Ele também mencionou sua atuação na discussão do programa Pé-de-Meia, alertando para a necessidade de considerar as especificidades da Amazônia, como escolas que funcionam apenas seis meses por ano. Yann Evanovick Leitão Furtado sugeriu que se adotem metodologias alternativas de aferição, como as utilizadas durante a pandemia, para garantir que estudantes das escolas das águas não sejam prejudicados. Finalizando, Yann Evanovick Leitão Furtado reforçou que o custo amazônico é uma questão de sobrevivência, e que sempre que possível, ela buscará trazer essa pauta às

discussões orçamentárias. Ele parabenizou Juscelino e toda a equipe da SESU pelo trabalho desenvolvido e reiterou a importância de considerar critérios diferenciados para regiões com desafios estruturais e logísticos, como a Amazônia, no desenho das políticas de assistência estudantil. Na sua resposta, **Juscelino Pereira Silva** abordou com profundidade várias das questões levantadas durante o debate, esclarecendo pontos técnicos e políticos sobre a matriz PNAES, as distorções orçamentárias, e o funcionamento do Fundo Social do Pré-Sal. Sobre a matriz PNAES, Juscelino explicou que a matriz atual utiliza o TAEG (Total Aluno Equivalente de Graduação), derivado da matriz OCC, com ajustes específicos para a assistência estudantil. Entre os fatores considerados estão: bônus fora de sede; bônus noturno; bônus Amazônia (implementado há três anos); IDH municipal (utilizado em 50% da composição do escore). Ele reconheceu que, embora o IDH seja um bom indicador para o funcionamento geral das instituições, não é o mais adequado para mensurar a vulnerabilidade dos estudantes, que é o foco da assistência estudantil. Por isso, ele defende a incorporação de indicadores mais diretamente ligados à assistência, como os que propôs em estudos anteriores com o Fórum de Pró-Reitores (FORGRAD), incluindo: vulnerabilidade socioeconômica; desempenho acadêmico (integralização curricular) e ações afirmativas institucionais. Sobre as distorções orçamentárias, Juscelino esclareceu que as distorções surgiram principalmente porque, em anos de restrição orçamentária, o MEC optou por repetir os valores do orçamento anterior, sem aplicar os ajustes previstos pela matriz. Isso penalizou instituições mais novas ou em expansão, como a UFSB, que não tiveram seus crescimentos refletidos no orçamento. Ele comparou essa prática a “juros compostos negativos”, pois a defasagem se acumula ano após ano. Sobre o Fundo Social do Pré-Sal, Juscelino fez uma distinção importante entre dinheiro e orçamento: o fundo possui recursos financeiros disponíveis (dinheiro em caixa) mas o orçamento público é uma previsão de despesas e receitas, e para usar o dinheiro do fundo, é necessário espaço orçamentário. Ele explicou que, embora o fundo tenha recursos, o MEC não recebeu um incremento orçamentário real — apenas houve uma troca da fonte de financiamento, sem aumento de valores. Isso gerou expectativas equivocadas na comunidade acadêmica. Juscelino defendeu que a nova Lei da PNAES deveria vir acompanhada de incremento orçamentário adicional, utilizando o fundo como complemento, e não como substituto de fontes já existentes. Ele também mencionou que programas como o Pé-de-Meia, embora positivos, acabam consumindo espaço orçamentário do MEC, dificultando a ampliação de outras políticas, como a assistência estudantil, mesmo quando há recursos disponíveis no fundo. Juscelino concluiu reforçando a necessidade de avançar no diálogo com a equipe econômica, para que se compreenda a assistência estudantil como uma política pública estratégica do governo federal. Ele agradeceu o espaço e sinalizou que precisaria se ausentar para cumprir outra agenda, mas deixou claro seu compromisso com o tema e com a busca por soluções estruturantes. Essa resposta consolidou os aspectos técnicos e políticos do debate, oferecendo uma visão clara dos desafios e caminhos possíveis para fortalecer a assistência estudantil no Brasil. Na conclusão de sua participação, Juscelino reforçou pontos cruciais sobre o financiamento da assistência estudantil e o uso do Fundo Social do Pré-Sal, destacando a necessidade de incremento orçamentário real para que a política avance de forma efetiva. Ele explicou que, embora o fundo tenha recursos financeiros disponíveis, não há espaço orçamentário suficiente para que esses recursos sejam utilizados plenamente. Ou seja, o fundo é dinheiro, mas o orçamento é planejamento — e sem previsão orçamentária adicional, o dinheiro do fundo não pode ser repassado para a assistência estudantil. Isso gera uma expectativa legítima e frustrada na comunidade acadêmica, que vê uma conquista histórica ser neutralizada por limitações técnicas e fiscais. Juscelino afirmou que não faz sentido manter o mesmo orçamento após a aprovação da Lei da PNAES, e que espera uma reversão desse cenário, já que o ministro Camilo Santana e a Secretaria Executiva do MEC estão conduzindo discussões com o presidente da República sobre o tema. Ele reforçou que a pauta da assistência estudantil é positiva e estratégica, e não pode se transformar em uma agenda negativa por falta de ação orçamentária. Sobre a Amazônia, Juscelino esclareceu que o bônus Amazônia já está incorporado à matriz PNAES há três anos. Explicou que ele é aplicado a cursos de graduação sediados em municípios que pertencem à Amazônia Legal, o que inclui estados como Maranhão e Mato Grosso, além da região Norte. Esse bônus busca reconhecer os desafios logísticos e sociais da região, embora ainda haja espaço para aprimoramentos, como os sugeridos por Camila. Por fim, Juscelino se despediu dos participantes, agradecendo o espaço e a escuta atenta, e se colocou à disposição para continuar contribuindo com o debate e os encaminhamentos futuros. Sua fala consolidou o entendimento de que a regulamentação da política precisa vir acompanhada de um

compromisso orçamentário concreto, para que os avanços conquistados se traduzam em melhorias reais na vida dos estudantes. Posteriormente, na sua fala de encerramento do debate, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, representando o gabinete do MEC, trouxe esclarecimentos importantes sobre os desafios técnicos e políticos que envolvem o financiamento da assistência estudantil, especialmente no contexto da PLOA 2026 e do programa Pé-de-Meia. Ele complementou a explicação de Juscelino sobre o impacto do arcabouço fiscal e destacou que uma decisão do TCU alterou significativamente o desenho inicial pensado pelo ministro Camilo Santana para o Pé-de-Meia. Essa mudança exigiu ajustes profundos em 2025, e para 2026, a complexidade aumentou ainda mais. A inclusão de recursos para alunos de reservas de vagas no fundo também trouxe implicações orçamentárias que estão sendo discutidas internamente. Alexandre reforçou que, apesar das dificuldades, há um esforço contínuo da Secretaria Executiva e do gabinete do ministro para buscar soluções e ampliar os recursos disponíveis para a assistência estudantil. Ele destacou que o crescimento do orçamento do PNAES, de cerca de R\$ 900 milhões executados em 2022 para uma previsão de R\$ 2,3 bilhões na PLOA de 2026, representa um avanço significativo. Ele também mencionou o aumento expressivo no número de bolsas permanência, que passaram de 8 mil para cerca de 18 mil sob a gestão atual, evidenciando o compromisso com a retomada acelerada da política de assistência estudantil. Alexandre usou a metáfora da física para ilustrar que, embora o crescimento orçamentário exija tempo e esforço, a assistência estudantil tem apresentado uma velocidade de recuperação maior do que outras áreas da educação superior. Por fim, ele compartilhou que o MEC está articulando com outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Social, para buscar fontes complementares de financiamento, especialmente para áreas como alimentação estudantil, que representa entre 40% e 50% do orçamento do PNAES. A ideia é que, ao começar por essa área, já se possa gerar impacto concreto na vida dos estudantes. Alexandre encerrou reafirmando que a assistência estudantil é uma prioridade para o MEC e que os esforços continuarão para garantir uma política robusta, capaz de promover a permanência, a conclusão dos cursos e uma vida universitária digna para todos os estudantes. Em seguida, Letícia Holanda, representante da UNE, trouxe uma perspectiva essencial sobre os desafios enfrentados pelos estudantes, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, e reforçou o papel da assistência estudantil como política estruturante para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão dos estudos no ensino superior. Ela destacou que a PNAES é uma das maiores conquistas do ensino superior brasileiro, pois concretiza o princípio de que a universidade deve ser um espaço de formação integral, acessível e inclusivo. Letícia reconheceu os avanços orçamentários recentes, mas apontou que a desigualdade estrutural na distribuição dos recursos entre as instituições ainda é um problema grave, como evidenciado pelos dados apresentados na reunião e pelas experiências vividas nas universidades. Ao citar a Universidade Federal do Acre (UFAC), Letícia exemplificou como o orçamento atual não reflete adequadamente a realidade local, especialmente nos campi do interior. Ela relatou que a pró-reitoria realiza verdadeiros “malabarismos” para atender os estudantes, muitas vezes utilizando os recursos do PNAES para sustentar políticas afirmativas, diante da ausência de orçamento específico para essas ações. Letícia também levantou duas questões importantes: fator de correção regional: Inspirada no modelo do Fundeb, ela perguntou se seria possível adotar um mecanismo semelhante na PNAES, que reconheça os custos logísticos e as condições de vida em regiões como a Amazônia, o semiárido e o interior do país. Essa proposta visa tornar a distribuição de recursos mais justa e sensível às realidades locais; e normas de execução orçamentária: Ela apontou que, mesmo quando os recursos estão disponíveis, a execução é dificultada por interpretações divergentes dos órgãos de controle e por trâmites burocráticos complexos. Letícia pediu esclarecimentos sobre como essas normas poderiam ser melhor compreendidas ou ajustadas para permitir que as universidades tenham mais autonomia e segurança jurídica na aplicação dos recursos, especialmente em áreas como políticas afirmativas. Por fim, Letícia reforçou que a UNE está comprometida com o processo de regulamentação da PNAES e que, em cada reunião do GT, tem buscado trazer à tona as desigualdades regionais e sociais, para que a política cumpra seu papel de reduzir desigualdades e garantir a permanência estudantil com dignidade. A fala de Letícia reforça a importância de que a regulamentação do PNAES seja acompanhada de instrumentos técnicos e políticos que assegurem a efetividade da política, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Ela também aponta para a necessidade de diálogo interinstitucional e aperfeiçoamento dos mecanismos de execução, para que o orçamento chegue e seja aplicado com eficiência e justiça. Letícia concluiu sua participação com uma fala potente e sensível, trazendo à tona questões fundamentais para a efetivação da política de assistência

estudantil como um instrumento de justiça social e territorial. Ela reforçou que a PNAES não deve ser apenas uma política de auxílio, mas sim uma garantia concreta de permanência estudantil, especialmente para estudantes em contextos de maior vulnerabilidade. Um dos pontos centrais da fala foi a sugestão de criação de uma reserva emergencial dentro do orçamento da PNAES, equivalente a cerca de 2% do total, para que as universidades possam responder a situações imprevistas, como problemas com licitações de restaurantes universitários, que frequentemente resultam na suspensão temporária da alimentação estudantil; interrupções de serviços essenciais ligados à assistência estudantil e demandas emergenciais que não estavam previstas no planejamento anual. Letícia argumenta que, embora a gestão orçamentária seja responsabilidade das universidades, muitas vezes não há margem de manobra para lidar com essas emergências, o que leva à desassistência dos estudantes. A proposta de incluir essa reserva na regulamentação da PNAES visa garantir que as instituições tenham respaldo técnico e legal para manter a assistência mesmo em momentos críticos. Ela também trouxe uma preocupação recorrente: a dificuldade de execução dos recursos, mesmo quando disponíveis. Isso se deve, segundo ela, a trâmites burocráticos complexos; interpretações divergentes dos órgãos de controle e; falta de clareza nas normas de execução. Letícia sugere que a regulamentação da PNAES também possa orientar melhor as universidades sobre como executar os recursos com segurança jurídica, especialmente em áreas sensíveis como políticas afirmativas. Por fim, Letícia reforçou que o papel da UNE no GT é garantir que a regulamentação da PNAES incorpore mecanismos que promovam justiça territorial e social, assegurando que todos os estudantes, independentemente da região onde vivem, tenham igualdade de condições para permanecer e concluir seus estudos. Ela reconhece as diferenças entre regiões como Norte e Sudeste, mas defende que a política deve atuar justamente para reduzir essas desigualdades históricas. Por fim, defende que a proposta de reserva emergencial e os apontamentos sobre execução orçamentária são extremamente relevantes e podem ser considerados como contribuições concretas para o texto da regulamentação. Sugere que seria interessante que o GT avaliasse a viabilidade técnica e jurídica dessas sugestões, talvez em diálogo com o Tesouro Nacional e os órgãos de controle, para garantir que a política seja não apenas bem desenhada, mas também executável e resiliente diante dos desafios reais das universidades. Na reta final da reunião, **Fábio Da Silva Paiva** fez os encaminhamentos administrativos e agradeceu a todos pela participação no debate, destacando a produtividade das discussões e a relevância das contribuições para a regulamentação da PNAES. Ele reforçou a manutenção da reunião de encerramento do GT em formato virtual, devido à proximidade da data e à ausência de manifestações contrárias; a aprovação da ata da quarta reunião, já que não houve pedidos de alteração; a importância do preenchimento do formulário de contribuições, cujo prazo foi prorrogado até o dia 28 e a disponibilidade da equipe do MEC para reuniões específicas, especialmente com a UNE, para aprofundar dúvidas e propostas, sugerindo que Artur seja o ponto de contato para isso. Em seguida, **Alexandre Brasil** complementou a fala de Letícia, esclarecendo dois pontos importantes: execução orçamentária e segurança jurídica: Ele confirmou que uma das principais motivações da regulamentação da Lei da PNAES é justamente enfrentar os desafios jurídicos e técnicos que dificultam a execução dos recursos. A nova legislação busca dar mais clareza e respaldo legal às universidades, especialmente diante de auditorias e exigências dos órgãos de controle; reserva de emergência: Alexandre explicou que, embora exista uma margem de reserva no orçamento global das universidades, ela é inferior aos 2% sugeridos pela UNE. No caso do PNAES, por ser uma ação discricionária, a responsabilidade de prever e gerenciar situações emergenciais — como a troca de contratos de restaurantes universitários — recai sobre os gestores locais. Ele citou o exemplo de um pró-reitor da UFRJ que fazia provisionamento específico para esses momentos críticos, reconhecendo que são situações recorrentes e desafiadoras. Alexandre encerrou reafirmando que a temática da assistência estudantil está no centro das atenções do MEC, e que o trabalho do GT será fundamental para fortalecer a política e garantir sua efetividade. Ele também destacou que o diálogo com outros ministérios, como o MDS, está em andamento para buscar fontes complementares de financiamento, especialmente para áreas como alimentação, que representam uma parcela significativa do orçamento do PNAES. A reunião se encaminha para o encerramento com o reconhecimento da importância das contribuições trazidas por todos os participantes — gestores, representantes estudantis e técnicos — e com o compromisso de que essas vozes serão consideradas na construção da regulamentação da política nacional de assistência estudantil. **Artur Antônio dos Santos Araújo** e **Amanda Machado dos Santos Duarte** fizeram falas de encerramento que reforçaram o valor do trabalho coletivo desenvolvido ao longo do GT do PNAES. **Artur Araújo** expressou

satisfação com a qualidade dos debates e a profundidade dos estudos realizados, destacando a dedicação dos participantes como essencial para a construção de subsídios sólidos para a regulamentação da política. Ele compartilhou um dado relevante trazido na reunião com o MDS: cerca de 871 mil estudantes da rede federal estão registrados no CadÚnico, o que reforça a urgência de um olhar estruturante para a assistência estudantil. Artur ressaltou que esse tipo de dado tem sido fundamental para sensibilizar outros ministérios e fortalecer o argumento pela ampliação de recursos para a política. **Amanda Duarte** agradeceu a todos pela participação e destacou o aprendizado proporcionado pelos debates, especialmente pelas falas que trouxeram experiências concretas, como a de Leticia. Ela fez um agradecimento público à parceria entre SESu e SETEC, reconhecendo a importância do trabalho conjunto entre as duas secretarias, que representam redes distintas, mas igualmente fundamentais para a educação brasileira. Amanda valorizou o pensar coletivo que marcou o GT e reforçou o compromisso da SETEC em seguir contribuindo para a construção de uma política que respeite as particularidades territoriais e sociais do país. Com essas falas, a reunião foi encerrada com um sentimento de compromisso, colaboração e esperança, reafirmando que o trabalho do GT será decisivo para garantir que a regulamentação do PNAES seja efetiva, justa e transformadora para os estudantes da educação superior pública brasileira. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h48min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6291577** e o código CRC **E9ADBC93**.